



NA ALDEIA DOS PARAKANÃS, no Xingu, toras de mogno retiradas ilegalmente das matas da reserva esperam o transporte, de balsa, até a serraria: índios colaboram para a destruição da floresta, numa aliança perversa com madeireiros

Extração ilegal de mogno tem índios como 'sócios'

Aliciados em troca de carne e farinha, parakanãs apontam para os madeireiros onde estão as melhores árvores da reserva

Bernardino Furtado

Enviado especial

• SÃO FÉLIX DO XINGU (PA). Seis meses depois da edição do decreto federal que impôs pesadas restrições à extração de mogno no Brasil, o corte e a venda ilegais da madeira mais nobre do país continuam desenfreados, graças, em boa parte, à perversa aliança entre líderes indígenas e madeireiros. Na reserva indígena Parakanã-Apyterewa, a 40 minutos de voo de São Félix do Xingu, o GLOBO flagrou toras de mogno acumuladas na margem do rio e clareiras recém-abertas na mata da reserva.

Madeireiros armam os índios para proteger território

Os sinais da extração ilegal de mogno, justamente num período do ano em que a atividade madeireira é bastante reduzida por causa das fortes chuvas, dão consistência às denúncias anônimas de moradores de São Félix. Segundo eles, em outubro e novembro de 1996 foi intensa a retirada de mogno da reserva Parakanã, em viagens de balsa pelo rio até uma serraria a cerca de cem metros do aeroporto de São Félix.

— Os índios estão a serviço dos madeireiros, marcando na mata as árvores de mogno a serem cortadas. O pior é que os parakanãs receberam armas de fogo dos madeireiros, passando a re-

pelir qualquer pessoa que possa inibir a extração de mogno da reserva — diz o administrador da Funai em Altamira, Benigno Pessoa Marques.

No fim de dezembro, os parakanãs, num total de 217, expulsaram da aldeia Nivaldo Porfírio Rodrigues Gomes, que era o único funcionário da Funai na região. Não satisfeitos, quebraram o rádio de comunicação instalado pela Funai na aldeia, permitindo em seguida a instalação de um aparelho trazido pelos madeireiros, conta Marques.

Aparentemente, os parakanãs e índios de outras tribos do Xingu se rendem ao apelo do dinheiro fácil que a venda do mogno lhes proporcionaria. Afinal, a aldeia Parakanã-Apyterewa tem máquinas de beneficiar mandioca e arroz, além de caça abundante nos cerca de 900 mil hectares de floresta ainda pouco explorada. Tudo indica, contudo, que os parakanãs, pouco experientes no comércio, estão sendo ludibriados pelos madeireiros. Um velho morador de São Félix do Xingu, que já trabalhou na extração de madeira na região, diz que um dos líderes parakanãs queixou-se recentemente do tratamento recebido pelos madeireiros, que estavam pagando a madeira apenas com o "ranchinho" (rações de fubá, carne e farinha).

Os moradores de São Félix evitam falar abertamente sobre a ex-

tração ilegal de mogno no município, alegando que os "sócios" dos parakanãs são pessoas conhecidas na região por prática de pistolagem e latrocínio contra garimpeiros e posseiros. Os funcionários da Funai de Altamira dizem ter apenas os prenomes dos madeireiros envolvidos na exploração de mogno na reserva Parakanã: José Carlos, Evandro, Manoel, também conhecido como Gongol, e Dilson. Nem moradores de São Félix e tampouco a Funai souberam dizer se a serraria destinatária do mogno ilegal está legalizada e tampouco sabem o nome do estabelecimento.

Fiscalização do Ibama é facilmente burlada

O engenheiro Paulo César Mendes Ramos, chefe da Divisão de Manejo Florestal do Ibama, diz que o instituto está consciente da extração e do comércio ilegal de mogno na Amazônia, mas não tem meios de controlar o problema de forma eficaz. Segundo o engenheiro do Ibama, há 88 projetos legalizados de extração de mogno no Pará, aprovados antes do decreto que impôs, ano passado, uma moratória de dois anos na abertura de novas frentes de exploração da madeira. O problema, segundo o engenheiro, é que faltam atualmente ao Ibama pessoal e recursos de informática para cruzar os volumes declarados de extração, estoque e venda de

madeira e para realizar vistorias minimamente eficientes nas áreas de extração.

— Da forma como está, os madeireiros serram e vendem mogno ilegal, em boa parte retirado de áreas indígenas, como se fosse madeira proveniente dos projetos de extração licenciados pelo Ibama — diz Ramos.

Nos projetos legais de extração de mogno, os madeireiros são obrigados a cortar a madeira de um trinta avos da área total a cada ano, de modo que, ao fim de três décadas, a primeira parcela explorada da floresta já esteja recomposta através de reflorestamento. Este pelo menos é o tempo estimado para que uma árvore de mogno atinja a idade adulta e possa ser cortada.

Além desta limitação, o Ibama atribui uma cota anual de extração de mogno por região que vem sendo reduzida gradualmente desde 1991. A fragilidade da fiscalização estimula madeireiros a cortar mogno além dos limites da área concedida pelo Ibama e, principalmente, nas áreas indígenas, algumas quase virgens, como é o caso da reserva Parakanã, reconhece Ramos.

No município de São Félix do Xingu, a extração predatória de mogno de áreas indígenas foi intensa na primeira metade da década de 90, mas atingiu principalmente reservas Kaiapós. Na reserva Parakanã, cujo decreto de

demarcação só foi editado em 1992, fiscais do Ibama e da Funai fizeram apreensão de madeira em 1993 e 1994, época em que ainda contavam com o auxílio dos índios, que repeliam a ação dos madeireiros e garimpeiros. Em julho de 1993, por exemplo, um grupo de 30 guerreiros parakanãs atacou as instalações da madeireira Perachi em Tucumã, destruindo máquinas e utensílios, numa forma de intimidar os donos da empresa flagrados retirando mogno da reserva indígena.

— O recente aliciamento dos parakanãs pelos madeireiros e garimpeiros pode levar a uma depredação acelerada da reserva — diz Benigno Pessoa Marques, da Funai em Altamira.

Extração já liquidou grandes reservas de mogno no Pará

Guilherme dos Santos Carvalho, diretor da Aimex, entidade que congrega as serrarias e exportadoras de madeira da Amazônia, atribui a atividade ilegal aos chamados "toreiros", que atuam como pessoas físicas fazendo contrabando de pequenas quantidades de mogno. O diretor da Aimex argumenta que as restrições impostas pelo Governo à extração de mogno levaram ao fechamento de grandes madeireiras do Pará, entre elas a Perachi, que já foi a maior do setor no estado.

O Ibama não dispõe de uma

avaliação confiável do volume das reservas de mogno, que ocorre esparsamente numa área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados da chamada Amazônia Legal, especialmente nos estados do Pará, de Mato Grosso e de Rondônia. Sabe-se, porém, que a extração desenfreada liquidou as reservas de grandes áreas no Sul do Pará. Os municípios de Tucumã e Ourilândia do Norte, vizinhos de São Félix do Xingu, por exemplo, já não mais produzem mogno e 13 das 16 serrarias locais fecharam as portas.

Embora não tenha localizado máquinas e homens trabalhando na área sobrevoada da reserva Parakanã, o GLOBO constatou que a atividade garimpeira dentro da área indígena está a pleno vapor. O rio São Sebastião, afluente do Xingu que corta a reserva, está tingido de amarelo claro, cor tipicamente produzida pelo garimpo.

Neste caso, também, tudo indica que o comportamento dos parakanãs mudou radicalmente: segundo funcionários da Funai, em 1993 os chefes da tribo repeliram várias tentativas de aliciamento feitas por garimpeiros que ofereciam presentes em troca de colaboração na instalação de uma balsa num rio da reserva. Um sinal, portanto, de que os parakanãs resolveram fazer negócios com os recursos naturais da reserva. ■